

## O SOLAR DO BARÃO DO JAPURÁ: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo realiza uma análise das diferentes representações acerca da questão patrimonial em Belém. Para tal é realizado um estudo de caso a partir da demolição de uma “Rocinha”, arquitetura típica do século XIX em Belém, no ano de 1969. A partir de diversas reportagens publicadas na imprensa sobre o caso, se busca analisar as diferentes representações que foram construídas sobre o fato

**Palavras Chaves:** Patrimônio Histórico, Belém, Representação.

**Abstract:** The current paper makes an analysis of the different representations about Patrimony questions in Belém. In order to aim this goal, it is made a case study from a “Rocinha” demolishing, typical architecture from 19th century in Belém in the 1969 year. From various published newspaper reports about the case, it is made an analysis from the different representations about it.

**Key Words:** Historical Patrimony, Belém, Representation.

O território é essencialmente uma memória, e seu conteúdo é todo constituído de formas passadas – isto é, de algumas dentre elas, das quais só subsiste o que pode ser compreendido pela sociedade que, em cada época, trabalha em seus quadros (LEPETIT, 2001: 149)

Partindo da relação profunda entre território e memória, na concepção de Bernard Lepetit, tem se a base de perceber a importância do território e da memória na construção de Identidades. O espaço e as edificações que nele persistem no decorrer do tempo, não podem ser compreendidos apenas por sua condição material, constituem-se em representações construídas a partir de uma memória social. Esses Bens materiais ou imateriais são sujeitos de discursos que os conduzem ou não ao status de Patrimônio.

Françoise Choay, ao referir-se ao conceito de Patrimônio, atesta que “*esta bela e antiga palavra estava na origem, ligada as estrutura familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável enraizada no espaço e no tempo*”. Porém, tornou-se um “*conceito nômade*”, ampliando-se em dimensões planetárias “*constituído pela acumulação continua de uma diversidade de objetos que se congregam em seu passado comum, obras e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos*”. (CHOAY, 2001: 11)

Como um instrumento ideológico, o “Patrimônio” é transpassado nas relações de poder, como algo que sempre existiu e não como algo que foi historicamente construído<sup>2</sup>, o

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará

que fica evidente ao se perceber as mais diferentes concepções patrimoniais inerentes ao próprio nomadismo do conceito. Desta forma, intelectuais, historiadores, arquitetos, políticos, turistas e a população em geral podem perceber um mesmo bem sob as mais diferentes perspectivas, por seu valor histórico, artístico e até mesmo por uma lembrança pessoal. Os diferentes posicionamentos acerca da questão são entendidos no seio da História Cultural, que segundo Roger Chartier:

...tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. A apropriação como entendemos, tem como objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inseridas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1990: 16).

Tentando perceber esta variada carga simbólica atrelada ao patrimônio edificado este artigo analisa a demolição do Solar do Barão do Japurá, ocorrido na cidade de Belém em fins de 1969, cuja polémica decorrente do processo de tombamento e demolição é analisado nas linhas que se seguem.

O referido Solar localizava-se na Avenida Nazaré, centro da capital paraense, e apresentava um estilo de arquitetura muito comum em Belém desde fins do século XVIII e início do XIX: “*A Rocinha*”.

Segundo Leandro Tocantins, a “*Rocinha*” constituía-se como:

vivenda cercada de árvores silvestres, de fruteiras, de jardins rústicos, na paz dos subúrbios. Isto no começo do século dezanove, quando no auge do prestígio das rocinhas belenenses, decantadas pelos estrangeiros viajantes, caídos de amores por elas. A rocinha, hoje substituída pelos sítios, granjas à borda das estradas de rodagem, era na realidade uma casa de campo que obedecia um estilo simples de fazenda Brasileira, por sua vez inteligente adaptação de formas e conceitos portugueses. (TOCANTINS, 1987: 152)

O estilo de construção das “*rocinhas*”, tão comuns na cidade de Belém no século XIX, já foi alvo de estudo por inúmeros pesquisadores da área da Arquitetura. O artigo “*Rocinhas e Puxadas*” do arquiteto Antonio Paul de Albuquerque, ao realizar um estudo sobre adaptação climática e conforto das rocinhas em Belém, aponta a força deste tipo de arquitetura no século XIX, fato que se encontra referenciado como peculiaridade nos principais relatos de viajantes na região.

---

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. “*A invenção das tradições*”. Trad. por Celina C. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 Pág. 9

Albuquerque apresenta transcrições de vários desses viajantes e cientistas em cujos trabalhos apresentam interessantes comentários sobre as “Rocinhas”. Dentre eles, por exemplo, Alfred Russel Wallace, naturalista inglês que em passagem por Belém no ano de 1848 escreve as linhas abaixo transcritas:

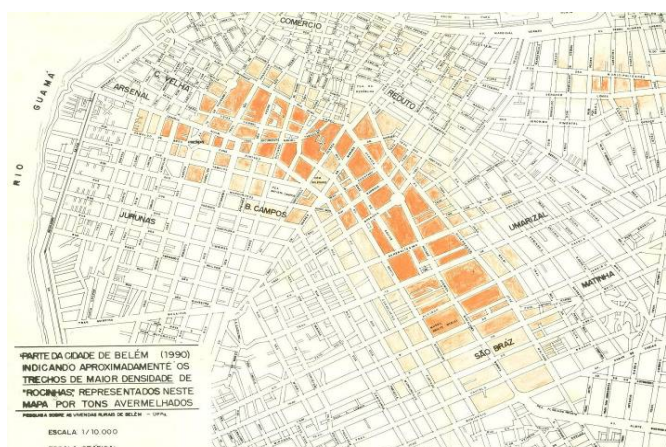
Adiante das ruas propriamente ditas da cidade há uma grande extensão de terras cobertas de ruas e travessas que se cruzam em ângulo reto. Nos espaços formados por estes estão as rocinhas ou casas de campo, uma, duas ou mais em cada quadra. Elas são de um só andar, com várias dependências amplas e uma grande varanda, que é geralmente usada como sala de jantar e agradável apartamento de estar e trabalho. O terreno contíguo é usualmente de baixada ou um emaranhamento de capim ou árvores frutíferas. [...] os grandes quartos com imensos pés direitos, com piso de tabuas corridas e escasso mobiliário, com meia dúzia de portas e janelas em cada um, parecem a primeira vista sem conforto, mas são sem dúvida exatamente adaptados a um país tropical, no qual um quarto atapetado, acortinado e almofadado seria insuportável. (WALLACE, Apud ALBUQUEQUE 1989: 6)

Roberto de La Roque Soares, em sua obra “*Vivenda Rurais no Pará: Rocinhas e Outras (Do século XIX ao XX)*”, publicado em 1996, apresenta um apanhado da bibliografia sobre o assunto, comentando acerca das características arquitetônicas de varias destas “rocinhas” e um considerável levantamento em periódicos e arquivos cartorários do século XIX acerca das rocinhas nos subúrbios de Belém e interior do estado.

Segundo La Roque Soares, o objetivo das “Rocinhas” era o mesmo dos “sítios”, “chácaras” ou “quintas”, era um espaço de “*recolhimento e tranqüilidade*” fora dos limites da cidade. Para Soares a maior incidência de rocinhas se dava:

Ao longo do eixo da antiga estrada de Nossa Senhora de Nazaré (hoje Avenida Nazaré), na direção de São Braz e suas paralelas, sem que se esqueça nesses eixos o papel importante da antiga Rua da Cruz das Almas (hoje “Arcipreste Manoel Teodoro”) e da estrada das Mongubas ou das Mangabeiras hoje Avenida Almirante Tamandaré. (SOARES, 1996: 22)

Com o crescimento da cidade, principalmente na segunda metade do século XIX as áreas antes consideradas “subúrbios” se integram aos novos centros urbanos e as rocinhas “*passam a fazer parte da vida cotidiana do Belenense*”. (SOARES, 1996: 22) Em outras palavras, ainda no final do século XIX, boa parte das rocinhas tinham sido



**Mapa demonstrativo de áreas de maior densidade de “Rocinhas”, marcados por tons avermelhados. (SOARES, 1996: 32)**

engolidas pelo crescimento urbano.

Ainda segundo Soares, paralelamente ao crescimento da cidade, essas antes grandes propriedades, por conta de diversos fatores como herança, a especulação imobiliária e a valorização do solo urbano subdividiram os terrenos, a ponto de se encontrarem em anúncios de jornais do final do século XIX, rocinhas a venda com apenas “10 braças”, aproximadamente 22 metros, deixando claro, na opinião de Soares, “o esfacelamento de áreas maiores de terras, que anteriormente era dimensionado, quando não em léguas – como mais raro – pelo menos em centenas de braças” (SOARES, 1996: 22)

As rocinhas que antes eram sinônimos de vida campestre em grandes lotes de terra, entraram em decadência, passando a significar somente o antigo prédio, a essa altura incorporado ao centro urbano. Neste processo as rocinhas foram, se não demolidas, reformadas e adaptadas a um estilo de vida urbana, levando a inserção de novos estilos arquitetônicos e de novos materiais, sem deixar de ser, por isso uma “rocinha”. (ALBUQUERQUE, 1989: 06).

Na avenida Nazaré entre as travessas Quintino e Generalíssimo Deodoro um exemplar destas Rocinhas, em fins da década de 1960 ainda existia. Seu primeiro proprietário bem como a data de sua construção é incerto, possivelmente, a rocinha fora construída no início do século XIX, quando do auge deste tipo de construção na região. Seu proprietário mais famoso, que lhe rendeu o nome, foi o diplomata brasileiro Miguel Maria Lisboa <sup>3</sup>, que em 1872 ganhara do império o título de Barão do Japurá.

As marcas das transformações são visíveis, o estilo arquitetônico da edificação foi alterado, a rocinha ganhou ares neoclássicos, adaptou-se a um etilo urbano, sem, no entanto perder as características de rocinha. No início do século passado a edificação passara a propriedade dos Irmãos Maristas mantenedores de uma das



**O solar do Barão do Japurá na década de 1940. Foto de G. E. Kidder Simith**

<sup>3</sup> Sobre o assunto ver: <http://www.pdvsa.com/lexico/pioneros/lisboa.htm>

Principais instituições de ensino da Capital Paraense, o Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré, que ficava ao lado do solar.

O solar ganhou destaque nacional e internacional ao ser incluído como um dos exemplos de arquitetura tipicamente brasileira no livro “*Brazil Builds: Architecture New and Old, 1652 -1942*” editado pelo Museu de Nova York (Moma), o livro foi acompanhado por exposição itinerante nas principais cidades norte-americanas.

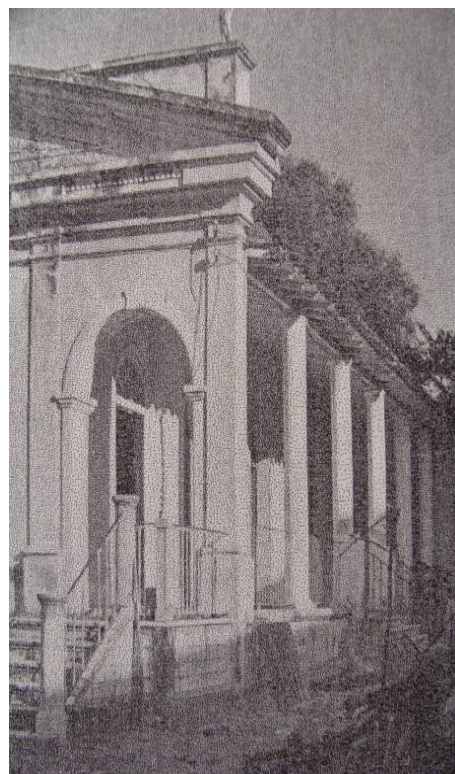
Segundo Lauro Cavalcanti em sua obra “*Moderno e Brasileiro: História de Uma nova linguagem na arquitetura*”, dedica um capítulo ao estudo deste livro, que na sua opinião resultou da “*mais importante mostra sobre o Brasil organizada pela instituição*”. (CAVALCANTI, 2006: 166)

O livro teve como autores o Arquiteto norte americano Philip Goodwin e G.E.Kidder Smith, autor da fotografia da página anterior e considerado segundo Cavalcanti o melhor fotógrafo de arquitetura norte-americano. Para a produção da obra, em 1942, os autores viajaram durante seis meses pelo Brasil, “*Visitando prédios, fotografando e entrevistando a nova geração de arquitetos. Fascinados pelo modernismo brasileiro, foram os primeiros a apontar o singular elo entre formas revolucionárias e a descoberta e preservação de prédios históricos*”. (CAVALCANTI, 2006: 167)

Dentro da chamada política da “*Boa Vizinhaça*”, a obra foi muito além do planejado a principio se tornando um marco na trajetória do modernismo arquitetônico brasileiro. Segundo Cavalcanti:

No plano nacional, graças à repercussão do sucesso alcançado pela exposição em Nova York, “*Brazil Builds*” acelerou a vitória dos modernistas sobre os estilos concorrentes neocoloniais e acadêmicos que ainda tentavam se apresentar como opção possível para arquitetura futura do país. [...] Ecos do “*Brazil Builds*” e principalmente do seu catálogo-livro alcançaram os principais centros mundiais de construção. (CAVALCANTI, 2006: 171)

De Belém “*Brazil Builds*” estampou cinco fotografias, duas da Igreja de Santo Alexandre, uma do Teatro da Paz e duas do Solar do Barão do Japurá. Sobre este último, o



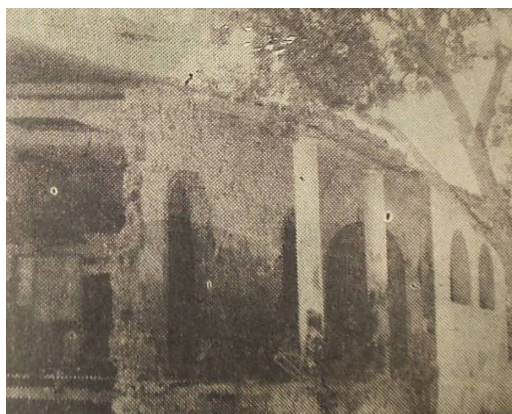
**Outro aspecto do Solar na década de 1940, já demonstrando grande degradação. Foto de G.E. Kidder Smith**

mesmo é apresentado com a seguinte legenda: “*Colégio Nazaré. Belém, Pará. 1789. Um Velho e Majestoso Solar no qual, presentemente, se acha estalado um estabelecimento de ensino*”. (GOODWIN, 1943: 76)

Sua influência é marcante nos trabalhos que analisam a arquitetura das “rocinhas”, o que demonstra uma contribuição para a valorização destas, já raras de se encontrar. Iniciaram – se estudos, levantaram – se bandeiras de preservação, que enfrentariam como opositora a forte especulação imobiliária que na década de 1960 mudava rapidamente a feição da cidade. No mesmo destino de muitos, ia também o velho Solar do Barão do Japurá que em Novembro de 1969 era demolido.

Em notícia publicada no jornal “A PROVINCIA DO PARÁ”, no dia 23 de Novembro de 1969, com o título “*Colégio Nazaré Derruba Prédio (Que não esta tombado) para ampliações*”; encontra-se o anuncio da demolição da Rocinha.

A reportagem, sem autoria explícita, anuncia a demolição com o objetivo de “*Ajustar o perigo que representava a fragilidade de uma antiga construção*” protegendo assim a vida dos alunos de um possível desabamento. Com este argumento, a proteção a vida dos alunos da instituição tornara-se a razão fundamental para a demolição. Note-se o uso do termo “*antiga construção*” em detrimento de “*solar*” ou “*rocinha*”, com objetivo de desqualificar a edificação.



**Fotografia publicada em “A Província do Pará” em 23 de Novembro de 1969, demonstrando parte do prédio já demolido**

O “*problema*”, como é citado no jornal, se dava por que “*o prédio em tela representava para alguns, valiosa peça histórica...*”. Valor que era dado por uma serie de “*historias do Povo*”, entre elas, a mais famosa, referia ter sido aquele o local em que dormiu em Belém a famosa Marquesa de Santos.

Neste ponto reside uma questão fundamental, o valor atribuído não pelas qualidades arquitetônicas ou pelo uso da edificação, mais sim pela vinculação a um grande evento histórico: a vinda da Marquesa de Santos a Belém. Os administradores do colégio fizeram então uma consulta ao Historiador Ernesto Cruz, Importante pesquisador do período, membro do Conselho Estadual de Cultura e Delegado do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Belém., que atestou a natureza lendária do evento. Sem isso então, findava o valor da edificação e a rocinha, transformada em “*antiga construção*” podia agora ser demolida, antes que “*conseqüências desagradáveis*” acontecessem.

Mesmo que em linhas gerais o SPHAN não trabalhasse mais apenas com este paradigma, a vinculação a grandes fatos da história nacional, ainda era marcante na memória da população em relação à prática da preservação, o que torna forte o argumento da reportagem.

Para finalizar a reportagem sugere a construção de uma grande área coberta, com quadra e auditório no lugar da “antiga construção”, que o autor faz questão de afirmar que não esta tombada.

O caso, aparentemente simples, geraria uma importante polêmica acerca das concepções de patrimônio que permeavam a sociedade. Segue, poucos dias depois, reação do citado Historiador Ernesto Cruz, delegado do SPHAN, em matéria publicada em 10 de dezembro de 1969.

Na reportagem, fica claro o descontentamento do Historiador com o uso de suas palavras acerca da rocinha. Ele acusa que a reportagem baseava-se “*em falsas informações que lhe foram prestada*”, ao afirmar que a rocinha, estava sendo demolida, por não estar tombada no patrimônio Histórico Artístico Nacional.

O Historiador comenta sobre a estrutura burocrática de tombamento no período, alegando que a referida edificação já se encontrava tombada a nível provisório. Sobre a prática de preservação, algumas características são de suma importância de serem percebidas, por demonstrarem a Crise de Identidade que o SPHAN sentia cotidianamente.

O representante oficial do SPHAN em Belém, afirma ter recomendado aos proprietários um modelo parcial de conservação a rocinha, ao sugerir a possibilidade de que a Associação dos Ex-alunos Maristas, que na época ocupava o prédio, aproveitasse a parte interna do edifício, substituindo o assoalho e consertando as paredes e o forro.

Esta tentativa de negociação com os proprietários se originava no objetivo de conciliar desenvolvimento e proteção ao patrimônio Histórico, característica que marca a grade crise de identidade que marca o SPHAN na década de 1960, principalmente a partir da aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro e mais famoso dirigente da instituição. Assumia o órgão o arquiteto Renato Soeiro, em cuja administração percebe-se ainda forte influência do modelo da “*Fase Heróica*”<sup>4</sup>, onde a imagem do SPHAN se envolvia em uma aura mítica de luta romântica pela preservação contra setores insensíveis da sociedade, modelo inadequado para a nova política de desenvolvimento.

---

<sup>4</sup> Termo usado por Maria Cecília Londres Fonseca para definir os anos da Gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

De acordo com orientação da UNESCO, era necessário substituir a imagem do SPHAN como protagonista de *“batalhas memoráveis”* em defesa do interesse público de proteção ao Patrimônio Histórico pela do negociador, que procura demonstrar que os interesses de preservação e os de desenvolvimento não são conflitantes, mas, pelo contrário, são compatíveis. (FONSECA, 2005: 142).

No cotidiano do SPHAN a prática de preservação tornou-se uma tarefa muito difícil, o conflito com a valorização do solo urbano e a busca desenfreada pelo desenvolvimento /progresso, desarticulou as ações da instituição. Desta forma, *“Os adversários do SPHAN não eram mais apenas vigários obtusos ou prefeitos modernos, mas principalmente a poderosa especulação imobiliária”* (FONSECA, 2005: 140.)

Em continuação Ernesto Cruz defende a atuação do SPHAN, órgão que em sua opinião tinha *“feito tudo o que necessitam os monumentos tombados no Brasil, inclusive neste Estado. Se a Verbas perdidas não chegaram, á medida da necessidade, nenhuma culpa cabe ao Patrimônio. É preciso que sejamos razoáveis e justos”*. (CRUZ, 1969: 2) Fica claro neste ponto a tentativa de isentar de culpa o SPHAN de toda a responsabilidade perante o fracasso da política de preservação. A título de punição ficava determinado a reconstrução do edifício demolido e o pagamento de multa de 50% calculada sobre o valor do mesmo.

A Terceira reportagem publicada em 11 de fevereiro de 1970 com o título: *“O solar do Barão do Japurá”*, apresenta outro discurso. Escrita pelo professor de arquitetura da UFRJ, na época professor visitante da UFPA, Donato de Melo Júnior. O artigo anuncia que

A morte da memória nacional passou em Belém em novembro último e com uma picareta assassinou um bem indefeso e abandonado, um bem com um certo “Pedigree”... era um solar reconhecido por todos, ou melhor quase todos, os Irmãos maristas que apesar de educadores, não morrem de amor por bens culturais nem por sua lições. (MELO JUNIOR, 1970: 6)

Ao longo do artigo comenta toda a luta que vinha sendo feita por ele, por Leandro Tocantins, Augusto Silva Teles, Renato Soeiro e o próprio delegado do patrimônio em Belém o já citado historiador Ernesto Cruz para tombar o solar. Segundo Informações da reportagem o reconhecimento nacional e internacional para o tombamento se daria quando:

Em 1943 publicou-se em Nova York um livro quer ficou famoso – “Brazil Builds”. O museu de Arte moderna de lá, pelas mãos de Philip L. Goedwin e pelas fotos de G. E Kidder Smith, divulgava ao mundo as primeiras grandes realizações da Arquitetura moderna no Brasil. Eles não se esqueceram de olhar o nosso passado, sensíveis que eram, e fecharam com chave de ouro a súpula do nosso patrimônio com os monumentos de Belém do Pará. (MELO JUNIOR, 1970: 6)



E interessante o comparativo sobre as reportagens, a primeira uma sobre uma antiga construção visando claramente desqualificar o caráter histórico da construção, a segunda sobre a rocinha em referência ao raro estilo arquitetônico que era uma das marcas da cidade e a terceira que identifica a construção solenemente com o termo “*Solar do Barão Do Japurá*” em referência a figura histórica que lá residiu. Note o termo “Solar” sendo pomposamente usado em vez de Rocinha, como localmente era conhecido seu estilo de construção.

Na primeira pode se observar que o argumento para demolição foi o fim da lenda de que a Marquesa de Santos tivesse dormido na casa. Ou seja, para ser patrimônio a casa teria de ter ligação com um fato memorável da história, findo o fato estava justificada a demolição. Na segunda destaca-se o posicionamento de um homem público, de um historiador, em defesa da instituição a que representava, esboçando o processo burocrático de tombamento e defesa de si próprio ao criticar o mau uso de suas palavras na reportagem de 23 de novembro. Na terceira um choro emocionado de um arquiteto que assiste consternado a demolição de uma edificação Histórica.

Como se pode observar coexistem dentro da prática oficial de gestão urbana, profundos dilemas internos referentes à mudança de paradigmas de preservação, fato que caracterizou a gestão de Renato Soeiro a Frente do SPHAN.

È necessário deixar claro que não se quer discutir neste artigo a validade ou não da demolição, ela ocorreu, e não cabe adotar uma postura de Juiz perante o caso. È necessário perceber a existência de diferentes discursos que se relacionam de forma Dialógica.

Ambos os setores defendiam seus interesses e assumiram para isso posições diferentes sobre a questão patrimonial. A primeira reportagem ao vincular a demolição, a falta de um fato histórico nela ocorrida, não se afasta de práticas já realizadas pelo SPHAN. Defendia o colégio a criação de uma grande área cultural e esportiva, que tem o claro objetivo de adequar à estrutura de um centenário colégio as determinações de um novo tempo.

A segunda reportagem de Ernesto Cruz adota critério de raridade arquitetônica para a preservação da edificação, adotando uma postura de isenção do SPHAN de qualquer responsabilidade quanto a demolição.

O artigo de Donato de Melo Junior, de forma emocionada, atribui valor a caráter Histórico da Edificação ao intitulá-lo “*Solar do Barão do Barão do Japurá*”, um Bem que em sua visão possuía certo “pedigree”, observe-se ai uma valorização pelo caráter nobre da edificação o que evidencia os ainda elitistas conceitos de valorização patrimonial. Fica evidente as várias formas de evocar o caráter patrimonial da edificação.

Após a publicação das reportagens acima discutidas nada mais se anunciou na imprensa sobre a “Rocinha”. Sobre a punição citada por Ernesto Cruz que determinava a reconstrução do edifício demolido e o pagamento de multa de 50% calculada sobre o valor do mesmo, não foram encontrados dados sobre seu cumprimento. O aspecto Material demonstra a substituição da construção. Em seu lugar existe hoje a “grande área coberta” prometida pelos irmãos maristas na reportagem de 23 de Novembro de 1969, como demonstra a fotografia ao lado.



A “Grande Área coberta”. Colégio Nazaré 2008.  
Foto do Autor

O Fim da discussão na imprensa, no entanto, não elimina a repercussão do caso. Mesmo que em meios materiais o Solar tenha sido destruído, os nomes citados, principalmente na reportagem de Donato de Melo Júnior como: Antonio Paul de Albuquerque, Roberto La Roque Soares, Paulo R. Fernandes e Leandro Tocantins são nomes notabilizados ou dentro de Bibliografia acerca das Rocinhas no Pará ou mesmo dentro de movimentos de Preservação Patrimonial.

Um movimento se formou em defesa das Rocinhas, em especial após a demolição da Rocinha do Barão do Japurá. Segundo Claudio de Sá Leal na apresentação do livro “Vivendas Rurais do Pará – rocinhas e outras” de Roberto La Roque Soares: “Rocinha é, hoje, um modismo, cuja defesa pela simples defesa, sem outra motivação, dá status e confere atestado de intelectualidade. Há menos de 40 anos, isso não acontecia...”. (SOARES, 1996: 09-10)

## REFERÊNCIAS

**A PROVINCIA DO PARÁ**, 1969. “Colégio Nazaré Derruba Prédio (Que não esta tombado) para ampliações”. Belém, 23 e 24 de Novembro de 1969, 1º Caderno.

**ALBUQUERQUE**, Antônio Paul de. “Rocinhas e Puxadas”. In Revista do Tecnológico . Vol: 2, n.1 janeiro/junho. 1989. Universidade Federal Do Pará, 1989.

**CAVALCANTI**, Lauro Pereira. “Moderno e Brasileiro: a História de Uma Nova Linguagem na Arquitetura, (1930-60)”. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

**CHARTIER**, Roger. “A história Cultural: entre práticas e representações”. Lisboa: Difel, 1990.

**CHOAY**, Françoise. *A alegoria do patrimônio*, tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª ed – São Paulo Estação liberdade: UNESP, 2006.

**CRUZ**, Ernesto. “Demolida a Última Rocinha de Belém”. A Província do Pará, Belém. 10 de dezembro 1969. 1º Caderno. 3ª página

**FONSECA**, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed ver. ampl. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; Minc, IPHAN, 2005.

**GOODWIN**, Philip. *Brazil Builds. Architecture new and old 1652-1942*. New York, MoMA, 1943.

**HOBBSAWM**, Eric. **RANGER**, Terence. “A invenção das tradições”. Trad. por Celina C. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

**MELLO JUNIOR**, Donato de. “O Solar do Barão do Japurá”. A PROVINCIA DO PARÁ, Belém, 11 de Fevereiro. 1970. 1º Caderno.

**LEPETIT**, Bernard. “Por Uma História Urbana”. São Paulo. EDUSP, 2001

**SOARES**, Roberto de La Roque. “Vivendas Rurais do Pará – Rocinhas e Outras (do Séc XIX ao XX); levantamentos arquitetônicos e Busca Bibliográfica”. Belém, Fundação Cultural do Município de Belém, 1996.

**TOCANTINS**, Leandro. “Santa Maria de Belém do Grão-Pará”. 3ª edição revista e aumentada. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.